

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO À  
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE DE EDIFÍCIOS  
DE ETAR E EE, POR LOTES**

**LOTE I – EDIFÍCIOS DE ETAR E EE DOS SUBSISTEMAS NORTE**

**LOTE II – EDIFÍCIOS DE ETAR E EE DOS SUBSISTEMAS SUL**

**TA\_25\_004\_CI\_S\_00I\_DMA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**ABRIL 2025**

---

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” - TA\_25\_004\_CI\_S\_001\_DMA**, em conformidade com o definido nos **Anexos I a V**, todos ao presente Caderno de Encargos e que dele fazem parte integrante.
2. A Prestação de Serviços compreende 2 (*dois*) Lotes correspondendo um contrato a cada um dos seguintes lotes:
  - a) Lote I – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Norte;
  - b) Lote II – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Sul.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

1. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessados, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos que dele fazem parte integrante;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Concorrente;
  - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente Cláusula.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Local da Prestação de Serviços**

A Prestação de Serviços desenvolver-se-á de acordo com as Especificações Técnicas constantes dos **Anexos I e II**, em infraestruturas inseridas no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, identificadas nos **Anexos III e IV**, todos ao presente Caderno de Encargos e que dele fazem parte integrante, nomeadamente:

- Lote I – Norte Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Norte:

Alcobertas, Alcoentre, Aldeia Gavinha, Alenquer, Arrifana, Arruda dos Pisões, Assentiz / Marmeleira, Atouguia / Abrigada, Atouguia da Baleia, Azambuja, Azambujeira dos Carros, Bairro, Benedita, Bufarda, Cabanas do Chão, Cadafais, Canados / Bogarréus, Carregado, Carregal, Casal Camarão, Casalinho, Charneca, Correias, Dois Portos, Espiçandeira, Fervença, Figueiros / Alguber, Fráguas, Gaeiras, Maceira, Maçussa, Malaqueijo, Margem Norte da Albufeira do Arnóia, Maxial / Aldeia Grande, Miragaia, Nazaré, Óbidos, Ota, Outeiro da Cortiçada, Paço, Painho, Palaos / Palhacana, Pataias / Alpedriz, Porto da Luz, Porto Dinheiro, Reguengo Grande, Repontiz, Ribeira de Santo André, Rio Maior, Runa, Sancheira, Santa Cruz / Silveira, São João da Ribeira, São Martinho do Porto, São Sebastião (Rio Maior), Serra D'El-Rei, Sobreirinhos, Torres Vedras, Turcifal / Freiria, Vale da Borra, Vale de Paredes, Vila Facaia, Vila Nova da Rainha, Vila Nova de São Pedro, Vila Verde dos Francos, Virtudes / Aveiras, Zambujeira.

- Lote II - Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Sul:

A-da-Pêrra, A-dos-Arcos, Alcântara, Alverca, Arruda dos Vinhos, Barril, Beirolas, Bucelas, Cachoeiras, Carvalhal, Casal da Patrícia, Chelas, Cheleiros, Costa do Estoril, Encarnação, Ericeira, Foz do Lizandro, Frielas, Gosundeira, Gradil / Caneira Nova / Caneira Velha, Igreja Nova, Lagoa, Loja Nova, Mafra, Malveira / Venda do Pinheiro, Milharado, Pontes de Monfalm, Póvoa da Galega, Quinta da Coutada, Rondulha, Santiago dos Velhos, São João da Talha, São

Sebastião (Mafra), Sobral da Abelheira, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira, Zibreira de Fetais.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Procedimentos e documentos normativos**

1. Para além das regras e procedimentos referidos no presente Caderno de Encargos, o Cocontratante fica obrigado ao cumprimento da legislação nacional e europeia aplicada à presente Prestação de Serviços, bem como aos requisitos das normas em que a Tejo Atlântico se encontra certificada, atual ou futuramente, designadamente NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001, NP EN 50001, NP EN ISO 55001, ISO 22000, ERP 5001 e SA 8000, e que se relacionem com os serviços a realizar, no âmbito da presente Prestação de Serviços.
2. Caso exista alguma alteração no âmbito da certificação e/ou nos referenciais implementados ou a implementar pela Tejo Atlântico, durante a vigência do contrato, o Cocontratante deve, de igual modo, assegurar o cumprimento dos respetivos requisitos.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Prazo Contratual**

1. Os contratos, individualizados para cada Lote, iniciam-se no dia útil seguinte ao da data da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgados na última data de aposição de assinatura e mantendo-se em vigor pelo prazo de 730 (*setecentos e trinta*) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurem para além da cessação do(s) contrato(s).
2. Se, antes de decorrido o prazo mencionado no número 1 da presente Cláusula, for atingido o pagamento do preço total do(s) contrato(s), operará o respetivo termo com a encomenda dos serviços que a tal conduzam, e o(s) contrato(s) extinguir-se-á(ão) com o pagamento deste(s), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste(s).

---

## CAPÍTULO II

### OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### SECÇÃO I

#### OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### Obrigações do Cocontratante

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, que delem fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

I.1. Gerais (comuns a ambos os Lotes):

- a) Executar, pelos preços unitários indicados na sua proposta e dentro do período fixado, os serviços definidos no Caderno de Encargos e respetivos anexos, à medida que forem sendo solicitados pela Tejo Atlântico, podendo ser requeridos serviços em número diferente do estabelecido no **Anexo III** do Programa de Concurso, de acordo com as necessidades, sem ultrapassar o valor total do contrato;
- b) Elaborar e apresentar à Tejo Atlântico, o Plano de Segurança e Saúde (PSS) para a Prestação de Serviços, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a assinatura dos contratos;
- c) Efetuar quaisquer outros serviços que se mostrem conexos, consequentes e necessários para a cabal e perfeita execução contratual;
- d) Afetar à Prestação de Serviços todos os meios técnicos, materiais e humanos, em quantidade, qualificações e experiência profissional, necessários à sua correta execução;
- e) Assegurar que todos os trabalhadores afetos à execução contratual prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;

- f) Garantir a qualidade dos serviços de acordo com os normativos internos em vigor na Tejo Atlântico e que os mesmos são realizados em perfeitas condições de ser aproveitados para os fins a que se destinam;
- g) Executar os serviços em tempo útil, no prazo definido no Caderno de Encargos ou pela Tejo Atlântico, de modo a não influir com as rotinas normais de exploração, as condições de segurança das infraestruturas, pessoas, bens e o tratamento, a quantidade e a qualidade das águas tratadas, salvaguardando as incidências ambientais;
- h) Realizar os serviços diários com início na instalação a designar pelo Gestor de Contrato, pelas 08:00h de cada dia útil ou cumprir uma diária de 8 (oito) horas efetivas na instalação designada no planeamento e/ou instrução de serviço. A localização da instalação variará dependendo do planeamento semanal;
- i) Elaborar um planeamento semanal, onde constem as ordens de serviço e as horas despendidas em cada serviço, em conformidade com o acordado com o Gestor de Contrato e com o grau de “Rotina” ou “Emergência” de cada serviço. Para além do mencionado, o planeamento dos serviços será preparado tendo em consideração os rendimentos médios definidos nas “Fichas de Rendimentos”, elaboradas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- j) Garantir a entrega digital de registos fotográficos após a conclusão dos serviços. Esta entrega é obrigatoriamente mensal, podendo ser realizada semanalmente;
- k) Proceder, após comunicação pelo Gestor do Contrato de um novo serviço a executar, à sua análise e execução, dentro dos prazos definidos no **Anexo V** do Caderno de Encargos;
- l) Conforme descrito nas atividades das especialidades indicadas no **Anexo III** do Programa de Concurso, ser portador, no mínimo, de uma viatura equipada com ferramentaria móvel, preparada para execução dos serviços solicitados, nomeadamente:
  - i. Bancada com torno e espaços de compartimentação e armazenamento;
  - ii. Gerador de produção de energia elétrica trifásica e monofásica, alimentado a motorização de combustão interna;
  - iii. Maquinaria de soldar;
  - iv. Equipamento a bateria de furar, aparafusar, cortar a disco e cortar a lâmina;

- 
- v. Kit de máquinas para trabalhos em zona ATEX para cortar, furar e aparafusar (válido apenas para Lote II);
  - vi. Maquinaria de abertura de roscas para trabalhos de serralharia / canalizador;
  - vii. A viatura deve estar munida de consumíveis inerentes à atividade prevista em Caderno de Encargos.
- m) Cumprir todas as normas de proteção ambiental e regras de segurança e em vigor;
  - n) Remover, transportar e enviar a destino final adequado os resíduos resultantes dos serviços da sua responsabilidade nos termos da legislação em vigor, por quem esteja legalmente habilitado para o efeito;
  - o) Providenciar, mediante prévia solicitação da Tejo Atlântico, todos os meios humanos e equipamentos, necessários e considerados suficientes para apoio a todas os fornecimentos especificados no Caderno de Encargos, conforme as listas dos preços unitárias integrantes da proposta adjudicada;
  - p) Para o acompanhamento da execução do contrato, manter, com uma periodicidade definida consoante a tipologia dos serviços a efetuar, reuniões de coordenação com os representantes da Tejo Atlântico (após convocação escrita e elaboração de agenda prévia para cada reunião), das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião;
  - q) Elaborar todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos em português;
  - r) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico de acordo com o mencionado na Cláusula 20.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos;
  - s) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
  - t) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
  - u) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que, no âmbito da presente Aquisição de Serviços, para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;

- v) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
- w) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico da empresa: [https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas\\_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03\\_manual\\_de\\_fornecedores\\_adta.pdf](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf).

I.2. Prestação de Serviços a executar na Área Norte – Lote I:

- a) Garantir, se assim for exigido, um número mínimo de 3 (*três*) frentes de serviços diárias, podendo estas ser de qualquer uma das especialidades definidas na Lista de Preços Unitários (LPU) de acordo com o Anexo III do Programa de Concurso;
- b) Assegurar uma frente adicional com disponibilidade para qualquer uma das especialidades, para realização de serviços de piquete, em conformidade com o **Anexo V** do Caderno de Encargos.

I.3. Prestação de Serviços a executar na Área Sul – Lote II:

- a) Garantir, se assim for exigido, um número mínimo de 5 (*cinco*) frentes de serviços semanais, totalizando 4 (*quatro*) diárias, podendo estas ser de qualquer uma das especialidades definidas na Lista de Preços Unitários (LPU), de acordo com o **Anexo III** do Programa de Concurso;
- b) Assegurar uma frente adicional com disponibilidade para qualquer uma das especialidades, para serviços de piquete em conformidade com o **Anexo V** do Caderno de Encargos.

- 2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



---

### Cláusula 7.<sup>a</sup>

#### Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 20 (vinte) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos **Anexos I e II** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar a Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º I não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos **Anexos I e II** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º I.
6. Caso a análise a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos **Anexos I e II** ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do termo da análise, uma declaração de aceitação pela Tejo Atlântico.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos nos **Anexos I e II** ao presente Caderno de Encargos.

---

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de propriedade**

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da Cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos e serviços a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Conformidade e garantia técnica**

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

## **Cláusula 11.ª**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

- 
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
  10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
  11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
  12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
    - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
    - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
    - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
  13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
  14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente Cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

---

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

---

## SECÇÃO II

### OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### Preço Base, Preço contratual e Revisão de Preços

1. O preço contratual não pode ser superior a 1.000.000,00€ (*um milhão de euros*), para o prazo contratual máximo de 730 (*setecentos e trinta*) dias, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 2 (*dois*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
  - a) Lote I – Edifícios de ETAR e EE dos Subistemas Norte: 500.000,00 € (*quinhentos mil euros*);
  - b) Lote II – Edifícios de ETAR e EE dos Subistemas Sul: 500.000,00 € (*quinhentos mil euros*).
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante, o preço resultante da aplicação dos preços unitários, constantes da proposta adjudicada, para cada lote, aos serviços efetivamente prestados e aos bens efetivamente fornecidos, durante o período contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
4. A Tejo Atlântico pode solicitar serviços em quantidades diferentes das estimadas no **Anexo III** do Programa de Concurso, em virtude de necessidades concretas existentes, dentro das características constantes do presente Caderno de Encargos e seus anexos, não ultrapassando o valor total do contrato.
5. O regime da Prestação de Serviços objeto do presente concurso e o seu pagamento é sujeito a revisão anual de preços, dando origem a uma fatura específica e distinta das correspondentes aos pagamentos mensais.
6. Se houver lugar à revisão de preços, nos termos do número anterior, esta será efetuada da seguinte forma:
  - a) O preço contratual fixado será anualmente revisto pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Ct = a \frac{St}{S0} + b \frac{Mt}{Mo} + b' \frac{Gt}{Go} + d$$

na qual:

$Ct$  - é o coeficiente de atualização mensal, a aplicar ao montante sujeito a atualização, obtido a partir de um somatório de parcelas com uma aproximação de seis casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da 7.<sup>a</sup> (sétima) casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco), mantendo-se o valor da sexta casa decimal no caso contrário;

$St$  - é o índice dos custos de mão-de-obra relativo ao mês a que respeita a atualização;

$S0$  - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

$Mt$  - é o índice de preços no consumidor excluindo habitação, relativo ao mês a que respeita a atualização;

$Mo$  - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

$Gt$  - é o índice de preços oficiais do litro de gasóleo, relativo ao mês a que respeita a atualização;

$Go$  - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

$a$  - é o coeficiente correspondente ao peso dos custos de mão-de-obra, que será de 0,50 (zero vírgula cinquenta);

$b$  - é o coeficiente correspondente ao peso dos custos com materiais acessórios, que será de 0,20 (zero vírgula vinte);

$b'$  - é o coeficiente correspondente ao peso dos custos de gasóleo, que será de 0,20 (zero vírgula vinte);

$d$  - é o coeficiente que representa, na estrutura de custos, a parte não revisível da adjudicação, com aproximação às centésimas; o seu valor é 0,10 (zero vírgula dez). A soma de ( $a + b + b' + d$ ) deverá ser igual à unidade.

- b) Os índices indicados serão os fixados por despacho do Salário Mínimo Nacional declarado anualmente pelo Governo e publicada em Diário da República;

- 
7. Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização, for igual ou superior a 1% (um por cento) em relação à unidade.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

1. O preço a que se refere o n.º 2 da Cláusula anterior deve ser pago mensalmente, nos termos estabelecidos nos números seguintes.
2. Os pagamentos serão efetuados de acordo e em função das quantidades efetivamente realizadas, tendo por referência a Lista de Preços Unitários adjudicada, não existindo qualquer garantia de quantidade mínima de serviços ou bens a faturar.
3. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da Cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pela Tejo Atlântico, nos termos do n.º 6 da Cláusula 7.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.
5. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 5, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
8. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.



---

### **Cláusula 17.ª**

#### **Faturação**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI), em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
  - a) Ser emitida no final de cada mês de execução contratual, abrangendo todas as obrigações vencidas nesse mês, com indicação do período a que se referem os serviços e os bens faturados;
  - b) Indicar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
  - c) Identificar o serviço prestado e/ou os bens fornecidos, os locais e as respetivas quantidades, no período em referência;
  - d) Apresentar os preços unitários e global dos serviços prestados e dos bens fornecidos, no período de faturação em referência;
  - e) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em:  
<https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na Cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

---

**Cláusula 18.ª**

**Execução simultânea de outros serviços da mesma natureza**

1. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo da execução normal do contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.
2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da realização de serviços por terceiros, poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar da data de ocorrência.

**SECÇÃO III**

**ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula 19.ª**

**Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
  - Gestor do contrato: Gonçalo Bento
  - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
  - Telefone n.º +351 213 107 900
  - Correio eletrónico: [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt)
2. Na ausência, faltas ou impedimentos do gestor do contrato designado será o mesmo substituído por:
  - Gestor do contrato: Luís Caria
  - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
  - Telefone n.º +351 213 107 900
  - Correio eletrónico: [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt)
3. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.

4. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
5. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
6. A Tejo Atlântico, reserva-se ao direito de proceder, sempre que julgue necessário, e sem aviso prévio, a inspeções e auditorias às atividades de manutenção realizadas pelo Cocontratante, efetuadas por si ou por entidades em que tenha delegado essas funções, devendo o Cocontratante, neste âmbito, apresentar evidências objetivas do que argumenta.
7. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de, relativamente a todas as infraestruturas beneficiadas, efetuar periodicamente inspeções ou auditorias técnicas.
8. Sempre que o resultado das inspeções referidas nos números 5 e 6 demonstrarem incumprimento das obrigações contratuais, o Cocontratante obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, um plano de resolução das não conformidades que, uma vez aprovado pela Tejo Atlântico, deverá ser implementado de imediato pelo Cocontratante.

### **CAPÍTULO III**

#### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída,

considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
6. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Sanções contratuais**

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Por cada situação ocorrida de incumprimento do prazo definido pela Tejo Atlântico, nos termos do número 4 da Cláusula 7.ª haverá lugar à aplicação de sanção de 50,00€ (*cinquenta euros*);
  - b) Por cada situação ocorrida por incumprimento dos números de frentes de serviços, de acordo com o mencionado na alínea a) do ponto 1.2 e na alínea a) do ponto 1.3, ambos da Cláusula 6.ª do presente Caderno de Encargos, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 25,00€ (*vinete e cinco euros*) diários por frente de serviços;
  - c) Por cada situação ocorrida por incumprimento da tipologia de equipas de serviços, de acordo com o mencionado na alínea b) do ponto 1.2 e na alínea b) do ponto 1.3, ambos da Cláusula 6.ª do presente Caderno de Encargos, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 25,00€ (*vinete e cinco euros*) diários por frente de serviços;
  - d) Por cada situação ocorrida por incumprimento de carga horária, de acordo com o mencionado na alínea h) do ponto 1.1 da Cláusula 6.ª do presente Caderno de

- 
- Encargos, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 25,00€ (*vinete e cinco euros*) diários por frente de serviços;
- e) Por cada situação ocorrida por incumprimento do planeamento e seu respetivo rendimento, de acordo com o mencionado na alínea i) do ponto 1.1 da Cláusula 6.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 25,00€ (*vinete e cinco euros*) diários por frente de serviço;
  - f) Por cada situação ocorrida por incumprimento na entrega mensal dos registos fotográficos das ordens de serviço executada, de acordo com o mencionado na alínea j) do ponto 1.1 da Cláusula 6.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 100,00€ (*cem euros*) mensais;
  - g) Por cada situação ocorrida por incumprimento do levantamento de serviços, de acordo com o mencionado na alínea k) do ponto 1.1 da Cláusula 6.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 50,00€ (*cinquenta euros*) diários por frente de serviços.
- 2. O valor acumulado das sanções a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
  - 3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinete por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
  - 4. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções devidas nos termos da presente Cláusula.
  - 5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
  - 6. As sanções contratuais previstas na presente Cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

---

## **Cláusula 22.ª**

### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações contratuais, fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico**

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
  - a) Atraso na conclusão dos serviços superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Tejo Atlântico.
3. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior, não prejudica o direito de a Tejo Atlântico vir a ser ressarcida dos prejuízos que lhe advierem dessa resolução ou da conduta do Cocontratante que terá levado à resolução.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da sanção previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 21.<sup>a</sup>, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
6. O disposto no número 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.
7. A resolução nas condições expressas na alínea a) do número I da presente Cláusula será comunicada ao Cocontratante através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 60 (*sessenta*) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas

---

as condições contratuais.

8. A resolução é um direito que a Tejo Atlântico exerce definitivamente.
9. A resolução por não cumprimento por parte do Cocontratante das cláusulas contratuais motivará a perda do depósito de garantia ou o acionamento do seguro de caução.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Execução da Caução**

1. A caução prestada, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Concurso, pode ser executada pela Tejo Atlântico, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução, nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.



---

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
  - a) Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
  - b) Acidentes de Trabalho, por parte dos membros da equipa designada, a afetar à Prestação de Serviços.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 19.<sup>a</sup> do presente Caderno

---

de Encargos e o Cocontratante, para os contactos identificados na declaração do mesmo, nos termos do Anexo IX do Programa do Concurso.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Especificações Técnicas relativas a Materiais de Construção Civil

ANEXO II - Especificações Técnicas relativas à Execução dos trabalhos de Construção Civil;

ANEXO III – Localização das Infraestruturas;

ANEXO IV - Infraestruturas da Tejo Atlântico;

ANEXO V - Tempos de Reação das Equipas.

---

## **ANEXO I**

### **Especificações Técnicas relativas a Materiais de Construção Civil**

(Documento Autónomo)

---

## **ANEXO II**

### **Especificações Técnicas relativas à Execução dos trabalhos de Construção Civil**

(Documento Autónomo)

### **ANEXO III**

#### **Localização das Infraestruturas**

(Documento Autónomo)

## **ANEXO IV**

### **Infraestruturas da Tejo Atlântico**

(Documento Autónomo)

## ANEXO V

### Tempos de Reação das Equipas

(de acordo com a alínea i) do ponto I.1 e alínea b) dos pontos I.2 e I.3, todos da Cláusula 6.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos)

Prioridade	Tempo de resposta	Make safe time*	Tempo de retificação temporário	Tempo de proposta de retificação	Tempo de retificação
Rotina ou Regulares / Não consideradas Piquete	< 48 horas	n.a.	n.a.	5 dias	A definir
Piquete / Emergência	< 2 horas	< 4 horas	< 24 horas	n.a.	< 5 dias

Notas:

n.a. – não aplicável

\*se aplicável

#### Denominações:

**Emergência** – Situações que possam pôr em risco a segurança das pessoas e a integridade e segurança das instalações ou a interrupção do funcionamento de qualquer infraestrutura da Tejo Atlântico com consequências no meio ambiente.

**Rotina** - Situações que não se enquadrem na situação de emergência e que possam ser planeadas a médio prazo.

**Tempo de resposta** – Acusar receção, registar e iniciar procedimento make-safe.

**Make-safe time** – Eliminar a causa do perigo e tornar a área afetada segura, sem riscos e acessível.

**Tempo de retificação temporária** – restaurar provisoriamente a funcionalidade que originou a prioridade em questão.

**Proposta de retificação** – Estudo e formalização dos procedimentos de retificação e apresentação de proposta à Águas do Tejo Atlântico para necessidade de rotina, estabelecendo calendarização. Este tempo pode ser superior, com o acordo da Tejo Atlântico, dependendo do prazo de eventuais fornecedores externos.

**Retificação** – Tornar à condição normal de funcionamento.